



Demonstrações financeiras

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

31 de dezembro de 2022

Relatório da administração

Prezado leitor,

Submetemos à apreciação de V. Sas as Demonstrações Financeiras da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“XP CCTVM”) relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Desempenho

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a XP CCTVM manteve a sua trajetória de expansão, apesar da instabilidade e deterioração do cenário econômico, em seus principais indicadores operacionais: (1) ativos sob custódia, com expressiva captação líquida de recursos, (2) quantidade de clientes e (3) quantidade de assessores. Esse mesmo cenário desafiador também impôs uma redução significativa nos volumes de renda variável do mercado, que, combinados aos investimentos em novas verticais e desenvolvimentos da plataforma, levaram a um resultado negativo no ano.

A expansão dos indicadores operacionais da XP CCTVM, apesar do resultado negativo, evidencia a força de sua marca e sua ampla capacidade de distribuição de produtos, mantendo sempre o compromisso de ajudar os clientes a investirem de forma inteligente e segura.

Destaques do período

i. Sustentabilidade e Combate ao Covid-19

O Grupo XP anunciou a criação de um conselho ESG (Ambiental, Social e Governança) e iniciativas para oferecer os melhores produtos, serviços, conteúdos e recomendações com foco em ESG, além de alavancar ainda mais os padrões e práticas internas da empresa. O Grupo busca liderar iniciativas ESG no mercado financeiro brasileiro, democratizando o acesso a conteúdo e produtos de qualidade aos clientes.

Também queremos destacar a iniciativa “Juntos Transformamos” que o Grupo XP lançou logo após os primeiros casos de COVID-19 no Brasil. O Grupo XP doou mais de 30 milhões para ajudar as comunidades impactadas pela pandemia. Temos consciência do nosso papel na sociedade e nunca negaremos as nossas responsabilidades.

Regulação – BACEN – Resolução N° 3.068

Declaramos ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados como “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 3,9 bilhões, representando 11% do total de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2022.

Apresentação das Demonstrações Financeiras

Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as Informações da XP CCTVM, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Audidores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, no período de janeiro a dezembro de 2022, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa.

A Diretoria.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2023.

Composição da Diretoria

Fabricio Cunha de Almeida
Diretor

Bruno Constantino Alexandre dos Santos
Diretor

Rodrigo Santana Passos Góes
Controller

Jairo Luiz de Araujo Brito
Contador
CRC RJ-110743/O-4



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
XP Investimentos Corretora de Câmbio,
Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição" ou "XP CCTVM"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

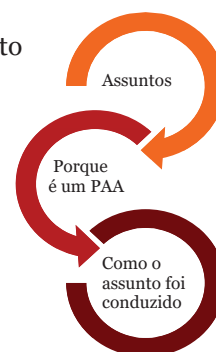
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





XP Investimentos Corretora de Câmbio,
Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ambiente de Tecnologia da Informação

O processamento de transações da XP CCTVM, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, podem, eventualmente, causar processamento incorreto de transações críticas, acessos indevidos a sistemas e dados, e, consequentemente, transações não autorizadas processadas e erros nos controles automatizados dos sistemas aplicativos. Por essa razão, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, realizamos o entendimento dos ambientes de Tecnologia da Informação e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados ao gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas, sistemas e dados, operação/processamento de sistemas e segurança física do centro de processamento de dados.

Testamos os principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia relacionados às aplicações nos processos de negócios relevantes da XP CCTVM.

Para obter evidências necessárias e suficientes em nossa auditoria das demonstrações financeiras, foi necessário executar testes documentais adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas pelos sistemas, dos relatórios automatizados e, quando necessário, aplicação de procedimentos utilizando base de dados analíticas, de forma a permitir um espectro maior de teste e evidência.

Também, em complemento aos procedimentos já mencionados, realizamos, em base amostral, a revisão dos lançamentos contábeis para verificar se as transações processadas foram devidamente autorizadas.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras da Instituição.

Receitas de prestação de serviços (Nota 3(s) e 21)

As receitas de prestação de serviços da XP CCTVM são compostas substancialmente por serviços de corretagem com operações em bolsa, colocação de títulos e distribuição de fundos.

Realizamos o entendimento do ambiente de controles internos referente aos processos de reconhecimento de receitas.



XP Investimentos Corretora de Câmbio,
Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Porque é um PAA

Essas receitas são mensuradas conforme os termos contratuais que consideram o percentual de comissão para os serviços prestados. O reconhecimento da receita requer controles de administração para determinação do registro no momento em que os serviços são prestados.

Considerando a relevância dessas receitas no contexto das demonstrações financeiras da Instituição, essa área foi considerada como foco de nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Efetuamos, também, o confronto das informações analíticas contidas nos sistemas operacionais com a receita reconhecida no sistema contábil. Em base amostral, inspecionamos a documentação-suporte das receitas registradas, e confrontamos com a liquidação financeira subsequente. Além disso, efetuamos o recálculo de determinadas transações de receitas registradas.

Desta forma, nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidências apropriadas e suficientes de auditoria no contexto das demonstrações financeiras da Instituição.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



XP Investimentos Corretora de Câmbio,
Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

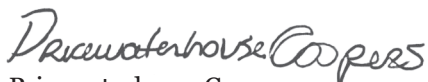
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



XP Investimentos Corretora de Câmbio,
Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Signed By: TATIANA FERNANDES KAGOHARA GUEORGUIEV/24975821818
CPF: 24975821818
Signing Time: 10 de março de 2023 | 16:54 BRT


Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

Balança Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais



Ativo

	Nota	2022	2021
Disponibilidades		880.040	143.715
Ativos financeiros		66.088.355	52.634.319
Aplicações em operações compromissadas	4	24.346.568	25.202.440
Títulos e valores mobiliários	5	36.516.101	23.759.622
Instrumentos financeiros derivativos	6	5.052.802	3.494.362
Outros ativos financeiros	9	172.884	177.895
Outros ativos		6.169.372	5.354.002
Rendas a receber		294.086	264.679
Negociação e intermediação de valores	7	1.423.805	1.046.567
Impostos e contribuições a compensar	8	74.912	50.208
Despesas antecipadas	10	4.188.512	3.910.281
Outros ativos	11	188.057	82.267
(Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)		(73.920)	(122.601)
Ativo fiscal diferido	19	4.293.244	1.789.220
Investimentos	12	971.025	823.633
Imobilizado de uso	13	218.227	192.127
Intangível	14	830.101	841.496
(-) Depreciação e amortização	13 e 14	(626.413)	(500.342)
Total do Ativo		78.750.031	61.155.569

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais



Passivo

		2022	2021
Passivos financeiros		50.749.704	37.993.681
Obrigações por operações compromissadas	4	43.759.742	30.973.813
Instrumentos financeiros derivativos	6	5.403.331	3.478.297
Obrigações por empréstimos	15	1.567.219	3.500.449
Outros passivos financeiros	9	19.412	41.122
Outros passivos		16.802.945	16.987.502
Negociação e intermediação de valores	7	15.221.091	14.991.493
Fornecedores		461.363	763.793
Obrigações fiscais e previdenciárias	16	276.833	402.407
Obrigações sociais e estatutárias	17	803.623	784.415
Provisões e contingências passivas	18	38.995	28.995
Outros passivos		1.040	16.399
Passivo fiscal diferido	19	2.908.476	659.793
Total do Passivo		70.461.125	55.640.980
Patrimônio líquido	20	8.288.906	5.514.593
Capital social		6.408.045	3.908.045
Reservas de capital		1.288.820	890.320
Reservas de lucros		891.537	1.212.918
Ajustes de avaliação patrimonial		(299.496)	(496.690)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		78.750.031	61.155.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais, exceto lucro líquido/(prejuízo) por ação



	Nota	2º semestre 2022	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		4.658.244	7.855.424	3.682.157
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	2.460.400	4.192.424	2.375.592
Rendas de aplicações em operações compromissadas		2.317.553	4.068.199	1.280.839
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6	(121.125)	(407.376)	20.885
Resultado de operações de câmbio		1.416	2.177	4.841
Despesas de intermediação financeira		(3.148.096)	(5.491.891)	(1.673.816)
Operações de captação no mercado		(3.040.203)	(5.265.205)	(1.434.005)
Operações de empréstimos e repasses	15	(110.366)	(216.146)	(172.528)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		2.473	(10.540)	(67.283)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.510.148	2.363.533	2.008.341
Outras receitas/(despesas) operacionais		(1.044.942)	(1.753.608)	(606.307)
Receitas com prestação de serviços	21	2.335.327	4.687.405	5.660.836
Custos operacionais	22	(1.540.353)	(3.010.654)	(3.086.573)
Despesas administrativas	23	(1.644.335)	(3.264.484)	(2.946.974)
Resultado de participações	12	(95.846)	157.174	147.957
Despesas tributárias		(200.929)	(388.114)	(474.469)
Outras receitas/ (despesas) operacionais	24	101.194	65.065	92.916
Resultado operacional		465.206	609.925	1.402.034
Resultado não operacional		(3.595)	(2.783)	(3.961)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		461.611	607.142	1.398.073
Imposto de renda e contribuição social	19	91.540	406.386	13.681
Participação de empregados no lucro		(707.257)	(1.332.963)	(1.206.539)
Lucro líquido/(Prejuízo)		(154.106)	(319.435)	205.215
Lucro líquido/(Prejuízo) por ação (R\$)		(0,01)	(0,02)	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente
Períodos findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021
Em milhares de reais



	<u>2º semestre 2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido/(Prejuízo)	(154.106)	(319.435)	205.215
Ativos Financeiros disponíveis para venda	239.363	197.194	(525.404)
Variação de valor justo	418.346	324.440	(889.956)
Efeito fiscal	(178.983)	(127.246)	364.552
Total do resultado abrangente	<u>85.257</u>	<u>(122.241)</u>	<u>(320.189)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais



	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.908.045	425.463	53.792	953.911	28.714	-	3.369.925
Aumento de capital (Nota 20)	2.000.000	-	-	-	-	-	2.000.000
Outorga de plano baseado em ações	-	464.857	-	-	-	-	464.857
Ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(525.404)	-	(525.404)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	205.215	205.215
Destinação do lucro	-	-	10.261	194.954	-	(205.215)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.908.045	890.320	64.053	1.148.865	(496.690)	-	5.514.593
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.908.045	890.320	64.053	1.148.865	(496.690)	-	5.514.593
Aumento de capital (Nota 20)	2.500.000	-	-	-	-	-	2.500.000
Outorga de plano baseado em ações	-	398.500	-	(1.946)	-	-	396.554
Ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	197.194	-	197.194
Lucro líquido/(prejuízo)	-	-	-	-	-	(319.435)	(319.435)
Destinação do lucro	-	-	-	(319.435)	-	319.435	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.408.045	1.288.820	64.053	827.484	(299.496)	-	8.288.906
Saldos em 30 de junho de 2022	4.908.045	1.156.885	64.053	1.148.865	(538.859)	(165.331)	6.573.658
Aumento de capital (Nota 20)	1.500.000	-	-	-	-	-	1.500.000
Outorga de plano baseado em ações (Nota 27)	-	131.935	-	(1.946)	-	-	129.989
Ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	239.363	-	239.363
Lucro líquido/(prejuízo)	-	-	-	-	-	(154.104)	(154.104)
Destinação do lucro	-	-	-	(319.435)	-	319.435	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.408.045	1.288.820	64.053	827.484	(299.496)	-	8.288.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais



	Nota	2º semestre 2022	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido/(Prejuízo)		(154.106)	(319.435)	205.215
Ajustes ao lucro líquido/(prejuízo)				
Provisão para IR e CSLL diferido	19	(281.835)	(406.386)	(439.409)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(2.473)	10.540	67.283
Provisão/(Reversão) de contingências	18	5.769	7.945	5.022
Depreciações e amortizações	13	75.373	170.055	240.436
Impairment, e baixas de imobilizado e intangível	13	23.565	19.470	17.935
Resultado de participações	12	95.846	(157.174)	(147.957)
Provisão de juros		(174.108)	(66.260)	68.289
Outorga de plano baseado em ações		129.989	396.554	464.857
Variação cambial		(6.230)	(105.992)	73.427
Lucro líquido/(prejuízo) ajustado		(288.210)	(450.683)	555.098
Variação dos ativos e passivos operacionais		136.205	(16.132)	(9.224.734)
Operações compromissadas		6.019.413	13.109.858	3.118.191
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(7.244.897)	(12.191.763)	(5.001.980)
Outros ativos		323.491	(566.646)	(175.767)
Despesas antecipadas		(202.621)	(278.231)	(2.562.197)
Obrigações fiscais e previdenciárias		273.172	768	100.517
Obrigações sociais e estatutárias		40.834	19.208	311.014
Outros passivos		926.813	(109.326)	(5.014.512)
Caixa utilizado nas atividades operacionais				
Contingências pagas	18	(1.119)	(2.360)	(2.568)
Impostos pagos		-	-	(297.490)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		(153.124)	(469.175)	(8.969.694)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de investimento/aumento de capital		-	-	(17.477)
Aquisições de imobilizado		(22.538)	(29.539)	(73.581)
Aquisições de intangível		(48.621)	(48.621)	(204.894)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		(71.159)	(78.160)	(295.952)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	15	-	560.000	3.570.639
Amortização de empréstimos		(224.843)	(1.253.914)	(210.500)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais



	Nota	2º semestre 2022	2022	2021
Juros pagos		(995.813)	(1.062.649)	(5.024)
Aumento de capital	20	1.500.000	2.500.000	2.000.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		279.344	743.437	5.355.115
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		55.061	196.102	(3.910.531)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		831.454	690.413	4.600.944
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		886.515	886.515	690.413
Disponibilidades		880.040	880.040	143.715
Aplicações em operações compromissadas		1.290	1.290	533.233
Certificados de depósitos bancários		5.185	5.185	13.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP CCTVM"), sediada na Avenida Afrânio de Melo Franco, n° 290, sala 708, Leblon, Rio de Janeiro, atua no mercado de câmbio, títulos e valores mobiliários em seu nome e/ou em nome de terceiros, no âmbito da B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3 S.A"), além de administrar carteiras de clubes de investimentos.

A XP CCTVM é controlada da XP Inc., uma holding controlada pela XP Control LLC, que detêm em conjunto 66,80% dos direitos de voto e cujo controle final é um grupo de indivíduos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da XP CCTVM, que são de responsabilidade da Administração, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen").

A elaboração de demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, provisão para outros créditos de liquidação duvidosa e a mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos sem mercado ativo ou liquidez. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A XP CCTVM revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A resolução CMN nº 4.911, publicada em 27 de maio de 2021, passando a vigorar em 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e remessa de documentos contábeis ao Banco Central do Brasil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Resolução CMN nº 4.967, publicada em 25 de novembro de 2021, passando a vigorar em 1º de janeiro de 2022, estabelece critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no reconhecimento, na mensuração e na evidenciação de propriedades para investimento e ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado.

A Resolução CMN nº 4.966, publicada em 25 de novembro de 2021, passando a vigorar em 1º de janeiro de 2022, estabelece os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Para atender ao disposto no Art. 76 da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, a XP CCTVM elaborou um plano para a implementação da referida norma, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025.

O plano para a implementação aborda aspectos que devem ser aprimorados no ambiente de negócios da Instituição, principalmente relacionados aos sistemas utilizados para o controle de seus ativos financeiros. O plano foi aprovado pela diretoria da Instituição e encontra-se à disposição do Banco Central do Brasil.

O plano poderá sofrer alterações desde a sua data de elaboração até a data em que a norma se tornará vigente, em decorrência das alterações estruturais que serão promovidas pela Instituição e de possíveis alterações e/ou inclusões de requerimentos adicionais na norma, por parte do regulador. A XP CCTVM está monitorando este assunto e acompanhando possíveis alterações que possam afetar o seu planejamento para a implementação da referida norma.

As demonstrações financeiras do semestre e exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Administração em 10 de março de 2022.

3. Resumo das políticas contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, as receitas e despesas são registradas no resultado no período que ocorrem e sempre simultaneamente quando se correlacionarem.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades, aplicações em operações compromissadas (posição bancada) e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, bem como que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos.

São consideradas como caixa e equivalentes de caixa as operações que possuem vencimento igual ou inferior a noventa dias a contar da data de aquisição.

(c) Operações compromissadas

Registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e quando aplicável são deduzidos de qualquer provisão para desvalorização.

(d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços cotados praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e bolsa de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os títulos e valores mobiliários classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Bacen, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado.

Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que não são classificados como “títulos para negociação” nem como “mantidos até o vencimento”. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o ajuste líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

Os derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

As operações com instrumentos financeiros derivativos praticadas pela XP CCTVM são classificadas de acordo com a intenção da Administração. O valor-base dos contratos dos instrumentos financeiros derivativos são registrados em contas de compensação e os montantes a receber e a pagar ajustados a valor de mercado no balanço conforme segue:

- Os ajustes dos contratos futuros são apurados/pagos diariamente por tipo de ativo e respectivo vencimento e reconhecidos no resultado do período quando auferidos ou incorridos;
- As operações a termo são registradas pelo valor de cotação do mercado à vista, sendo as parcelas a receber ou a pagar em uma data futura ajustadas a valor presente com base nas taxas de mercado divulgadas pela B3 S.A. e reconhecido no resultado em função do prazo de fluência dos contratos.
- Os prêmios pagos ou recebidos nas operações com opções são contabilizados ao custo em contas patrimoniais e ajustados a valor de mercado, com base em modelos de precificação desenvolvidos internamente, em contrapartida ao resultado.
- Os ativos e passivos decorrentes de operações com *swap* são registrados em contas patrimoniais e ajustados a valor de mercado, pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas divulgadas pela B3 S.A., em contrapartida ao resultado.

(e) Empréstimos de ações e posição vendida em ações

Empréstimo de ações (posição tomadora) e posição vendida em ações são realizadas em bolsa de valores e mercadorias (B3 S.A.) e são valorizados aos preços cotados de venda dos respectivos ativos praticados no mercado, com base nos dados divulgados pelas diversas associações de classe e bolsas de valores, mercadorias e futuros, acrescidas, quando aplicável, de comissões, custos e encargos financeiros incorridos até a data do balanço. Os juros decorrentes do aluguel de ações são reconhecidos em conta específica no resultado.

(f) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de outros valores a receber de clientes e saldo negativo são constituídas com base na expectativa de perdas na realização de valores a receber de clientes pelas operações, bem como as diretrizes do Banco Central do Brasil (art. 6º da Resolução nº 2.682/99).

(g) Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)

Representadas por operações na B3 S.A., por conta e ordem de terceiros. A corretagem sobre essas operações são classificadas como receitas, e as despesas de prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da realização das operações. Esses saldos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, existe um direito legal e exequível de compensar e a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Esse grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas:

- Caixa de registro e liquidação - Representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes;
- Devedores/Credores conta liquidação pendente – representado pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço. É realizada uma compensação das operações de compra e venda e no caso de o montante final ser credor, o mesmo será registrado no passivo, por outro lado se este montante for devedor, será registrado no ativo, desde que os saldos compensados sejam referentes à mesma contraparte.

(h) Despesas antecipadas

Referem-se a valores pagos cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo de benefício econômico estimado.

(i) Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes de realização.

(j) Investimentos

Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo custo e ajustados posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

(k) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

(l) Intangível

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. A amortização dos *softwares* é calculada pelo método linear com base em taxas anuais que refletem a sua estimativa de vida útil.

O ágio surge na aquisição de subsidiárias e representa o excesso (i) da contraprestação transferida; (ii) o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida; e (iii) o valor justo na data de aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Se o total da contraprestação transferida, a participação não controladora reconhecida e a participação anteriormente mantida mensurada a valor justo for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente em lucros ou prejuízos.

As revisões da redução do valor recuperável do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem uma possível redução no valor recuperável.

(m) Redução ao valor de recuperável de ativos

O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade de as entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos seus ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (*"impairment"*) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anualmente, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

(n) Outros passivos

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

(o) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- *Ativos contingentes* - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, sendo que neste caso, o ativo relacionado deixa de ser contingente e o seu reconhecimento é adequado.
- *Passivos contingentes* - São avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pela Administração baseado nas opiniões dos

assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. Quando os processos são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe a probabilidade de saída de recursos; não são provisionados, mas divulgados em nota explicativa se classificados como perda possível, e não são provisionados e nem divulgados se classificados como perda remota.

- *Provisões para riscos* - São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; portanto provisionados a não ser que sejam classificados como perda provável.
- *Passivos contingentes tributários* - Referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

(p) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15%.

Em julho de 2021, a alíquota de CSLL foi aumentada em 5% para todas as instituições financeiras, até dezembro de 2021. Portanto, os bancos estavam sujeitos a uma alíquota de CSLL de 25% e todas as demais instituições financeiras, incluindo seguradoras, estavam sujeitas a uma alíquota de 20%, por força da Lei Federal nº 13.148/21.

A partir de janeiro de 2022, a alíquota de imposto voltou ao percentual regular de 20% para os bancos e de 15% para todas as outras instituições financeiras, incluindo as companhias de seguros.

A partir de agosto de 2022, por meio da Lei Federal 14.446, a alíquota da CSLL foi aumentada em 1% para todas as instituições financeiras brasileiras, até dezembro de 2022. Nesse sentido, os bancos brasileiros estão sujeitos à alíquota de CSLL de 21% e todas as demais instituições financeiras, inclusive seguradoras, estão sujeitas a uma alíquota de 16%.

(q) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na média ponderada da quantidade de ações em poder dos acionistas no período das demonstrações financeiras.

(r) Plano de incentivo baseado em ações

O plano de incentivo baseado em ações foi aprovado pela reunião da diretoria da XP Inc. (controladora do Grupo) em 6 de dezembro de 2019.

O Grupo lançou dois planos baseados em ações, a *Restricted Share Units* ("RSU") e a *Performance Share Units* ("PSU"). Os planos de incentivo baseados em ações foram elaborados para fornecer incentivos de longo prazo a determinados funcionários, diretores e outros provedores de serviços em troca de seus serviços. Para ambos os planos, a administração se compromete a conceder ações da XP Inc. aos participantes definidos.

O custo do incentivo baseado em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que o serviço é prestado ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados.

O valor total a ser registrado é determinado com base no valor justo das ações correspondente à respectiva tranche na data da outorga, a qual também considera o seguinte:

- quaisquer condições de performance do mercado;
- o impacto de quaisquer condições de aquisição que não sejam de performance de mercado (por exemplo, permanecer empregado na entidade por um tempo especificado) e;
- o impacto de quaisquer condições que não sejam de aquisição de direitos (ou seja, a exigência de os participantes manterem ações por um período específico).

A despesa total é reconhecida durante o período de aquisição, que é o período no qual todas as condições de aquisição especificadas devem ser satisfeitas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas do número de ações que se espera que sejam adquiridas com base nas condições de aquisição que não são de mercado. A entidade reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, no resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Quando as ações são adquiridas, a XP Inc. transfere o número correspondente de ações para o participante. As ações recebidas pelos participantes, líquidas de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis (incluindo impostos retidos na fonte) são creditados diretamente no patrimônio líquido.

(s) Receitas

i) Corretagem com operações em bolsa

A receita de comissão de corretagem com operações em bolsa consiste na receita gerada através de serviços de corretagem baseados em comissão em cada transação realizada, ou seja, as bolsas de valores para clientes, reconhecidas em um determinado momento (data de negociação) conforme a obrigação de execução é satisfeita.

ii) Colocação de títulos

A Receita de colocação de títulos refere-se a honorários e comissões auferidas com a colocação de uma ampla gama de títulos em nome de emissores e outras atividades de levantamento de capital, tais como fusões e aquisições, incluindo serviços de assessoria financeira relacionados. O ato de colocar os títulos é a única obrigação de desempenho e a receita é reconhecida no momento em que a transação subjacente é concluída nos termos do contrato e é provável que uma reversão significativa de receita não ocorra.

iii) Distribuição de fundos

Esta receita refere-se substancialmente à remuneração decorrente do serviço de distribuição de cotas de fundos de investimentos. A receita é reconhecida durante o período em que essa obrigação de desempenho é entregue, e geralmente com base em um percentual fixo acordado do valor patrimonial líquido de cada fundo mensalmente. Parte destas receitas são baseadas no desempenho dos fundos distribuídos (performance), reconhecidas pela prestação de serviços de gestão de ativos e calculadas com base na valorização do valor patrimonial líquido dos fundos, sujeitas a certos limites, como taxas internas de retorno ou taxas de saída, de acordo com os termos da constituição do fundo. As receitas provenientes do desempenho dos fundos distribuídos, que incluem contraprestação variável, são reconhecidas somente após uma avaliação dos fatos e circunstâncias e quando é altamente provável que a reversão significativa do valor da receita acumulada reconhecida não ocorra quando a incerteza for resolvida.

(t) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente aquele que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados, segundo julgamento da administração, como não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 31.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais



4. Operações compromissadas

(a) Aplicações em operações compromissadas

	2022			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Posição bancada	1.290	846.528	306.168	1.153.986
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	28.729	28.729
Notas do Tesouro Nacional	-	840.140	24.339	864.479
Debêntures	-	3.472	144.206	147.678
Certificados De Recebíveis Imobiliários	1.290	-	82.918	84.208
Outras	-	2.916	25.976	28.892
Posição financiada	15.979	41.292	23.135.311	23.192.582
Notas do Tesouro Nacional	-	-	8.141.851	8.141.851
Debêntures	2.004	23.139	1.256.944	1.282.087
Certificados De Recebíveis Imobiliários	13.975	-	2.080.230	2.094.205
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	9.416.428	9.416.428
Letras do Tesouro Nacional	-	-	1.313.022	1.313.022
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	-	-	318.107	318.107
Letras Financeiras	-	18.153	244.188	262.341
Letra de Crédito do Agronegócio	-	-	171.729	171.729
Letras Imobiliárias	-	-	192.812	192.812
Total	17.269	887.820	23.441.479	24.346.568

	2021			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Posição bancada	2.138.407	320.567	18.171	2.477.145
Letras Financeiras do Tesouro	224.351	-	1.688	226.039
Notas do Tesouro Nacional	1.425.359	222.465	241	1.648.065
Letras do Tesouro Nacional	449.999	46.493	-	496.492
Debêntures	911	36.777	-	37.688
Letras Financeiras	24.143	1.358	-	25.501
Certificados De Recebíveis Imobiliários	13.644	13.474	16.242	43.360
Posição financiada	8.014.697	2.154.479	12.556.119	22.725.295
Notas do Tesouro Nacional	6.609.983	595.831	1.031.345	8.237.159
Debêntures	339.946	566.573	-	906.519
Certificados De Recebíveis Imobiliários	760.246	771.468	1.055.179	2.586.893
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	10.469.595	10.469.595
Letras Financeiras	304.522	220.607	-	525.129
Total	10.153.104	2.475.046	12.574.290	25.202.440

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais



As aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos referem-se a operações de compra com compromisso de revenda e foram praticadas a uma taxa média prefixada de 13,65 % a.a. (9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 1.290 (R\$ 533.233 em 31 de dezembro de 2021) está sendo apresentado como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

(b) Captações por operações compromissadas

				2022
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Carteira própria	-	-	14.311.545	14.311.545
Letras do Tesouro Nacional	-	-	10.645.930	10.645.930
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	28.785	28.785
Notas do Tesouro Nacional	-	-	3.636.830	3.636.830
Carteira de terceiros	37.442	68.268	29.342.487	29.448.197
Notas do Tesouro Nacional	-	-	7.973.855	7.973.855
Certificados De Recebíveis Imobiliários	34.745	-	6.966.685	7.001.430
Debêntures	2.697	36.924	1.888.747	1.928.368
Letras do Tesouro Nacional	-	-	1.320.954	1.320.954
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	9.430.228	9.430.228
Letras Financeiras	-	31.344	356.610	387.954
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	-	-	874.251	874.251
Letra de Crédito do Agronegócio	-	-	229.878	229.878
Letras Imobiliárias	-	-	301.279	301.279
Total	37.442	68.268	43.654.032	43.759.742

				2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Carteira própria	5.210.005	91.430	225.323	5.526.758
Letras do Tesouro Nacional	4.533.919	69.091	32.983	4.635.993
Letras Financeiras do Tesouro	41.352	-	77.865	119.217
Notas do Tesouro Nacional	634.734	22.339	114.475	771.548
Carteira de terceiros	20.965.319	1.715.029	2.766.707	25.447.055
Notas do Tesouro Nacional	6.695.885	1.487.541	-	8.183.426
Certificados De Recebíveis Imobiliários	5.139.282	-	-	5.139.282
Debêntures	1.034.534	15.138	-	1.049.672
Letras Financeiras	610.211	-	-	610.211
Letras Financeiras do Tesouro	7.485.407	212.350	2.766.707	10.464.464
Total	26.175.324	1.806.459	2.992.030	30.973.813

Em 31 de dezembro de 2022, basicamente as obrigações por operações compromissadas foram pactuadas com taxas de juros de 13,65%a.a. (9,15%a.a. em 31 de dezembro de 2021).

5. Títulos e valores mobiliários

2022

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Custo
Títulos para negociação						
Títulos do governo brasileiro	-	498.002	1.982.556	9.790.643	12.271.201	12.498.916
Certificado de Depósito Bancário ^(a)	-	133.702	11.010	150.335	295.047	289.824
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	1.664	8.018	412.966	422.648	433.700
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	478	4.722	763.794	768.994	777.182
Letras de Crédito Imobiliário	-	2.543	43.517	152.284	198.344	199.110
Letras de Crédito do Agronegócio	-	3.275	5.758	60.328	69.361	67.501
Letras Financeiras	-	1.844	424	14.713	16.981	17.110
Debêntures	-	1.608	6.894	507.487	515.989	517.954
Ações de companhias abertas	4.526	-	-	-	4.526	4.526
Cotas de fundos de investimento ^(b)	514.012	-	-	-	514.012	514.012
Notas Comerciais	-	-	-	10.517	10.517	10.563
Letras Imobiliárias	-	-	-	2.645	2.645	2.645
Letras de Crédito	-	66	88	461	615	557
Títulos disponíveis para venda						
Títulos do governo brasileiro	-	6.341.305	2.455.951	8.685.027	17.482.283	17.788.961
Títulos mantidos até o vencimento						
Títulos do governo brasileiro	-	-	1.414.112	785.139	2.199.251	2.199.251
Títulos públicos do exterior	-	1.285.030	458.657	-	1.743.687	1.743.687
Total	518.538	8.269.517	6.391.707	21.336.338	36.516.101	37.065.499

2021

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Custo
Títulos para negociação						
Títulos do governo brasileiro	-	193.731	811.834	2.659.828	3.665.393	3.720.055
Certificado de Depósito Bancário ^(a)	-	32.301	89.463	40.512	162.276	160.668
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	2.573	1.438	46.346	50.357	50.598
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	880	119.471	120.351	119.365
Letras de Câmbio	-	157	133	516	806	781
Letras de Crédito Imobiliário	-	449	958	1.170	2.577	2.498
Letras de Crédito do Agronegócio	-	17.126	8.906	2.332	28.364	28.163
Letras Financeiras	-	-	-	13.421	13.421	13.308

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais



Debêntures	-	3.772	5.371	168.755	177.898	179.226
Títulos públicos do exterior						
Ações de companhias abertas	4.474	-	-	-	4.474	4.474
Cotas de fundos de investimento ^(b)	352.953	-	-	-	352.953	352.953

Títulos disponíveis para venda

Títulos do governo brasileiro	-	-	8.633.459	8.676.021	17.309.480	17.986.756
-------------------------------	---	---	-----------	-----------	------------	------------

Títulos mantidos até o vencimento

Títulos públicos do exterior	-	1.698.760	172.512	-	1.871.272	1.871.272
------------------------------	---	-----------	---------	---	-----------	-----------

Total	357.427	1.948.869	9.724.954	11.728.372	23.759.622	24.490.117
--------------	----------------	------------------	------------------	-------------------	-------------------	-------------------

^(a) Em 31 de dezembro de 2022, Certificados de Depósitos Bancários no valor de R\$ 5.185 (R\$ 13.465 em 31 de dezembro de 2021) estão sendo apresentados como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

^(b) Em 31 de dezembro de 2022, cerca de R\$ 445.905 refere-se a aplicações em cotas de fundo de investimento exclusivo –Falx FIM CP IE (R\$ 295.200 em 31 de dezembro de 2021).

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se na cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores ou modelos de precificação.

Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos, estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC ou B3 S.A., exceto cotas de fundos de investimento, cujos registros são mantidos pelos respectivos administradores, e os títulos de dívida no exterior cujo registros estão na *Euroclear*.

Resultado com títulos e valores mobiliários

	<u>2º semestre 2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Títulos de renda fixa	2.340.115	3.990.389	2.032.916
Títulos de renda variável	(9.292)	(11.128)	(12.213)
Fundos de investimentos	129.577	213.163	354.889
Total	<u>2.460.400</u>	<u>4.192.424</u>	<u>2.375.592</u>

6. Instrumentos financeiros derivativos

i) Posições dos instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

					2022
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Valor de referência
Posição Ativa					
Contratos de opções					
Juros		280.309	6.303	286.612	5.275.041
Ações	57.494	125.594	103.521	286.609	2.062.959
Moeda Estrangeira	173.385	280.499	262.775	716.659	8.354.707
Commodities	20.166	106.142	-	126.308	361.739
Contratos de Swap					
Juros	24.478	336.072	2.546.531	2.907.081	40.768.375
Ações	3.446	-	394	3.840	85.172
Moeda Estrangeira	19.443	9.269	33.720	62.432	2.502.023
Commodities	60	-	-	60	1.743
Contratos a Termo					
Commodities	24.811	34.995	14.303	74.109	1.504.627
Moeda Estrangeira	203.929	286.941	98.222	589.092	16.626.012
Contratos de Futuro					
Commodities	-	-	-	-	218
Ações	-	-	-	-	180.720
Total	527.212	1.459.821	3.065.769	5.052.802	77.723.336

					2022
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Valor de referência
Posição Passiva					
Contratos de opções					
Juros	-	193.003	6.303	199.306	4.521.046
Ações	57.358	125.593	103.521	286.472	2.130.379
Moeda Estrangeira	173.385	280.499	262.775	716.659	7.148.635
Commodities	20.166	105.703	-	125.869	298.635
Contratos de Swap					
Juros	27.881	396.520	2.912.030	3.336.431	41.458.095
Moeda Estrangeira	19.443	634	33.720	53.797	1.050.682
Contratos a Termo					
Commodities	24.811	34.995	14.304	74.110	1.502.940
Moeda Estrangeira	220.259	292.206	98.222	610.687	17.438.196

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais



Contratos de Futuro

<i>Commodities</i>	-	-	-	-	1.424
Ações	-	-	-	-	178.461
Total	543.303	1.429.153	3.430.875	5.403.331	75.728.493

2021

Posição Ativa

Contratos de opções

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Valor de referência
Juros	-	-	9.414	9.414	8.849
Ações	85.044	100.056	-	185.100	227.531
Moeda Estrangeira	10.544	51.969	617.987	680.500	730.618

Contratos de Swap

Juros	68.009	244.499	808.561	1.121.069	25.252.689
Moeda Estrangeira	13.128	55.555	62.651	131.334	2.826.143
Ações	29.377	9.563	-	38.940	1.703.337

Contratos a Termo

Ações	-	-	11.475	11.475	11.475
<i>Commodities</i>	35.098	24.718	8.486	68.302	1.368.886
Moeda Estrangeira	183.186	126.207	32.540	341.933	16.601.764
Juros	-	-	906.295	906.295	906.295

Contratos de Futuro

Juros	-	-	-	-	174.932
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	279
Ações	-	-	-	-	147.083
Total	424.386	612.567	2.457.409	3.494.362	49.959.881

				2021	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Valor de referência
Posição Passiva					
Contratos de opções					
Juros	-	-	9.414	9.414	8.879
Ações	85.257	100.056	-	185.313	232.667
Moeda Estrangeira	10.544	51.969	617.987	680.500	731.045
Contratos de Swap					
Juros	67.675	244.420	821.042	1.133.137	25.891.675
Moeda Estrangeira	13.121	3.135	62.100	78.356	1.269.311
Ações	29.377	9.563	286	39.226	1.713.337
Contratos a Termo					
Ações	-	-	11.482	11.482	11.482
Commodities	35.098	24.718	8.486	68.302	1.367.600
Moeda Estrangeira	205.602	128.123	32.540	366.265	17.741.447
Juros	-	-	906.302	906.302	906.302
Contratos de Futuro					
Juros	-	-	-	-	173.063
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	11.161
Ações	-	-	-	-	147.083
Total	446.674	561.984	2.469.639	3.478.297	50.205.052

Os valores de receitas e despesas líquidas com instrumentos financeiros derivativos nos períodos estão demonstrados a seguir:

	2º semestre 2022	2022	2021
Opções	623.504	1.021.974	444.092
Swap	(109.189)	(501.931)	71.560
Futuros	(611.587)	(1.027.512)	(400.504)
Termo	(23.853)	100.093	(94.263)
Total	(121.125)	(407.376)	20.885

ii) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN e a seguinte estrutura de hedge contábil foi estabelecida:

Em março de 2022, a XP CCTVM registrou uma nova estrutura de hedge, a fim de neutralizar os impactos da variação do preço das ações XP US em pagamentos de impostos trabalhistas relacionados ao plano de remuneração baseado em ações usando contratos SWAP-TRS. Os pagamentos de impostos trabalhistas são devidos na entrega de ações aos funcionários sob planos de remuneração baseados em ações e estão diretamente relacionados ao preço das ações neste momento.

Os efeitos da contabilidade de hedge na posição financeira e no desempenho da CCTVM são apresentados a seguir:

Estratégia	Objeto de Hedge		Instrumento de Hedge	
	Valor contábil		Valor nominal	Variação no Valor Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>
	Ativo	Passivo		
31 de dezembro de 2022				
Risco de preço de mercado				
Hedge de Fluxo de Caixa	-	257.771	299.649	258.652
				(342.669)

A tabela abaixo apresenta, para a estratégia de hedge, o valor nominal e os ajustes a valor justo dos instrumentos de hedge e o valor contábil do objeto protegido:

					31/12/2022
	Valor contábil (i)			Variação no Valor Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge	Inefetividade de Hedge reconhecida no resultado
Instrumentos de Hedge	Valor nominal	Ativos	Passivos		
Risco de preço de mercado					
Swaps	258.652	-	257.771	(342.669)	(43.020)

A seguir apresentamos quadro com prazo de vencimento:

	31/12/2022					
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos
Hedge de Fluxo de Caixa	51.837	53.126	63.470	38.380	4.173	47.666
Total	51.837	53.126	63.470	38.380	4.173	47.666

7. Negociação e intermediação de valores

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixa e registro de liquidação	886.098	64.890	107.246	228.067
Devedores/credores por liquidação pendente	537.707	15.152.511	939.321	14.759.142
Outros	-	3.690	-	4.284
Total	1.423.805	15.221.091	1.046.567	14.991.493
Circulante	1.423.805	15.221.091	1.046.567	14.991.493
Não circulante	-	-	-	-

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais



8. Impostos e contribuições a compensar

	2022	2021
Antecipação de IRPJ e CSLL	70.061	45.906
Contribuição sobre as receitas (PIS e COFINS)	4.583	4.037
Impostos sobre Serviços – ISS	268	265
Total	74.912	50.208
Circulante	74.912	50.208
Não circulante	-	-

9. Outros ativos e passivos financeiros

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Valores a receber de agentes autônomos de investimento	172.884	-	177.895	-
Aluguéis	-	5.172	-	6.242
Contraprestação contingente	-	14.240	-	30.300
Outros	-	-	-	4.580
Total	172.884	19.412	177.895	41.122
Circulante	7.330	1.070	-	5.650
Não circulante	165.554	18.342	177.895	35.472

10. Despesas antecipadas

	2022	2021
Comissões e incentivos pagos antecipadamente	3.973.653	3.683.153
Despesas de marketing	16.888	28.056
Serviços pagos antecipadamente	47.374	38.119
Outras despesas pagas antecipadamente	150.597	160.953
Total	4.188.512	3.910.281
Circulante	751.860	203.653
Não circulante	3.436.652	3.706.628

11. Outros ativos

	Ativo	
	2022	2021
Adiantamentos	5.218	11.685
Devedores por depósitos em garantia	12.052	11.202
Valores a receber de sociedades ligadas	20.710	34.351
Outros ativos	150.077	25.029
Total	188.057	82.267
Circulante	176.005	71.065
Não circulante	12.052	11.202

12. Investimentos

Empresa	% de participação societária	Informações Financeiras			
		Patrimônio líquido em 31/12/2022	Resultado líquido em 31/12/2022	Patrimônio líquido em 31/12/2021	Resultado líquido em 31/12/2021
Banco XP S.A.	100,00%	828.420	113.641	722.424	128.176
Carteira Online Controle de Investimentos Ltda.	99,99%	74.536	43.533	32.567	19.781
Total		902.956	157.174	754.991	147.957

Empresa	% de participação societária	2021	Aumento de capital	Equiv. Patrimonial	Ágio (a)	Outros resultados abrangentes	2022
Banco XP S.A.	100%	722.424	-	113.641		(7.645)	828.420
Carteira Online Controle de Investimentos Ltda.	99,99%	101.209	-	43.533	(575)	(1.563)	142.605
Total		823.633	-	157.174	(575)	(9.208)	971.025

Empresa	% de participação societária	2020	Aumento de capital	Equiv. Patrimonial	Ágio (a)	Outros resultados abrangentes	2021
Banco XP S.A.	100%	683.797	-	128.176	-	(89.549)	722.424
Carteira Online Controle de Investimentos Ltda.	99,99%	47.709	17.477	19.781	19.626	(3.384)	101.209
Total		731.506	17.477	147.957	19.626	(92.933)	823.633

(a) Inclui valor de contraprestação contingente e amortização de ágio de investimento.

13. Imobilizado de uso

	Imob. em curso	Sistema de proc. de dados	Móveis e equip.	Sistemas de segurança	Instalações	Veículos	Total
Saldo em 2021	2.184	57.379	12.741	387	35.090	33.826	141.607
Adições	17.309	10.399	45	1.541	245	-	29.539
Depreciações		(18.215)	(1.840)	(70)	(4.760)	(3.440)	(28.325)
Saldo em 2022	19.493	49.563	10.946	1.858	30.575	30.386	142.821
Custo	19.493	99.098	18.650	1.992	48.608	34.399	222.238
Depreciação	-	(49.535)	(7.704)	(134)	(18.033)	(4.013)	(79.419)

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais



	Imob. em curso	Sistema de proc. de dados	Móveis e equip.	Sistemas de segurança	Instalações	Veículos	Total
Saldo em 2020	307	33.254	15.342	602	39.844	-	89.349
Adições	1.885	37.234	60	-	3	34.399	73.581
Alienações / Baixas	(8)	(297)	(727)	(165)	-	-	(1.197)
Depreciações	-	(12.817)	(1.934)	(50)	(4.757)	(573)	(20.131)
Transferências	-	5	-	-	-	-	5
Saldo em 2021	2.184	57.379	12.741	387	35.090	33.826	141.607
Custo	2.184	88.699	18.605	451	48.363	34.399	192.699
Depreciação	-	(31.320)	(5.864)	(64)	(13.273)	(573)	(51.094)

14. Intangível

	Software	Ágio (i)	Lista de clientes	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 2021	136.094	135.387	89.799	30.394	391.674
Adições	6.697	-	12.707	29.217	48.621
Alienações / Baixas	(7.337)	-	(12.133)	-	(19.470)
Amortizações	(67.166)	(56.286)	(18.279)	-	(141.731)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 2022	68.288	79.101	80.399	51.306	279.094
Custo	234.773	372.702	162.918	59.611	830.004
Amortização	(166.485)	(293.601)	(90.824)	-	(550.910)
	Software	Ágio (i)	Lista de clientes	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 2020	133.577	201.817	55.199	33.235	423.828
Adições	134.086	-	40.000	30.808	204.894
Alienações / Baixas	(13.063)	-	-	(3.675)	(16.738)
Amortizações	(140.170)	(66.430)	(13.705)	-	(220.305)
Transferências	21.664	-	-	(21.669)	(5)
Saldo em 2021	136.094	135.387	89.799	30.394	391.674
Custo	275.385	372.702	162.344	30.394	840.825
Amortização	(137.291)	(237.315)	(72.545)	-	(449.151)

- (i) Saldos de ágio derivados substancialmente das aquisições/incorporações das empresas Rico Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Rico") e da Clear Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Clear") pela XP CCTVM em 2016 e 2017, respectivamente.

15. Obrigações por empréstimos

Em 27 de junho de 2022 a XP CCTVM captou um empréstimo com o Banco XP, no montante de R\$ 560.000. Esta obrigação tem taxa de juros de 100% da taxa DI-Cetip, acrescida de 0,16% a.m. Em 31 de agosto de 2022 foi realizada a liquidação do montante total do contrato.

Em 27 de maio de 2021 a XP CCTVM captou um empréstimo com o Banco Nacional de México, no montante de USD 295.000. Esta obrigação tem taxa de juros de 0,813% a.a., com vencimento em 05 de maio de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 o valor atualizado é de R\$ 1.567.219 (R\$ 1.651.871 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 foi reconhecido R\$ 216.146 (R\$ 172.528 em 31 de dezembro 2021) referente a despesas de obrigações por empréstimos.

16. Obrigações fiscais e previdenciárias

	2022	2021
Imposto de Renda (IRPJ e CSLL)	115.159	184.596
Impostos sobre o plano de incentivos (a)	102.024	135.328
Contribuições sobre receita (PIS e COFINS)	3.444	23.219
Impostos sobre serviços (ISS)	14.858	20.256
Contribuições para a Previdência Social (INSS)	21.683	18.100
Outros	19.665	20.908
Total	276.833	402.407
Circulante	276.833	402.407
Não circulante	-	-

(a) O montante classificado como "Impostos sobre o plano de incentivos" inclui principalmente contribuições para os Programas Brasileiros de Segurança Social (FGTS e INSS).

17. Obrigações sociais e estatutárias

	2022	2021
Provisão para participações no lucro (Nota 27)	702.570	685.327
Salários e outros benefícios a pagar	101.053	99.088
Total	803.623	784.415
Circulante	803.623	784.415
Não circulante	-	-

18. Provisões e contingências passivas

	2022	2021
Fiscais	11.223	10.375
Cíveis	19.938	12.298
Trabalhistas	7.834	6.322
Total	38.995	28.995

Depósitos judiciais (Nota 11)	12.052	11.202
-------------------------------	--------	--------

Movimentação

	2022	2021
Saldo inicial	28.995	19.636
Atualização monetária	4.415	6.905
Provisão	8.251	8.138
Reversão	(306)	(3.116)
Pagamentos	(2.360)	(2.568)
Saldo final	38.995	28.995

Provisão para processos judiciais trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, existem provisionados processos judiciais trabalhistas classificados como perda provável no montante de R\$ 7.834 (R\$ 6.322 em 31 de dezembro de 2021). As reivindicações trabalhistas dizem respeito principalmente: (i) à existência (ou não) de uma relação de trabalho entre a XP CCTVM e os agentes autônomos; e (ii) indenização de ex-funcionários.

Processos judiciais cíveis

Em 31 de dezembro de 2022, existem provisionados processos judiciais cíveis classificados como perda provável no montante de R\$ 19.938 (R\$ 12.298 em 31 de dezembro de 2021), a maioria das ações cíveis envolve questões normais e específicas do negócio e refere-se a demandas por indenização principalmente devido a: (i) perdas financeiras no mercado de ações; (ii) gerenciamento de portfólio; e (iii) perdas geradas pela liquidação de ativos de clientes em carteira devido a saldo negativo.

Processos judiciais fiscais

Em 31 de dezembro de 2022 existem obrigações legais no montante de R\$ 11.223 referente ao processo de contribuições sobre receita PIS e COFINS – alargamento da base de cálculo sobre as demais receitas (R\$ 10.375 em 31 de dezembro de 2021) questionando a definição de a base de cálculo das receitas a serem pagas corretamente. Este processo estava pendente do relatório técnico especializado após a decisão do tribunal de segunda instância de conceder o direito de fornecer provas e enviar o processo de volta ao tribunal de primeira instância. Esses processos são suportados por depósitos judiciais na sua totalidade.

Contingências não provisionadas no balanço

Além das provisões constituídas, a XP CCTVM possui contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais a probabilidade de perda, com base nas opiniões dos consultores jurídicos internos e externos, é considerada possível, e as contingências totalizam aproximadamente R\$ 819.583 (R\$ 473.832 em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Fiscais (a)	527.217	228.602
Cíveis (b)	277.729	228.983
Trabalhistas	14.638	16.247
Total	819.583	473.832

- a. Em dezembro de 2015, a XP CCTVM foi notificada pelo Fisco para a cobrança de contribuições previdenciárias devidas à participação nos lucros dos empregados relativas ao ano-calendário de 2011, supostamente pagas em violação à Lei 10.101/00. O primeiro e o segundo recursos administrativos foram negados e, atualmente, o Grupo aguarda o julgamento do recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"). Existem outros precedentes favoráveis do CARF sobre o tema e a Companhia obteve pareceres jurídicos que sustentam a defesa e a prática atual da Companhia. O valor reclamado é de R\$ 19.545.

Em dezembro de 2019, a XP CCTVM foi notificada pelo Fisco para a cobrança de contribuições previdenciárias devidas à participação nos lucros dos empregados relativas ao ano-calendário de 2015, supostamente pagas em violação à Lei 10.101/00. O primeiro recurso administrativo foi negado, e atualmente a Companhia aguarda o julgamento do recurso do CARF. Existem outros precedentes favoráveis do CARF sobre o tema e a XP CCTVM obteve pareceres jurídicos que sustentam a defesa e a prática atual da Companhia. O valor reclamado é de R\$ 49.818.

Em novembro de 2021, a XP CCTVM foi notificada pelo Fisco para cobrança de contribuições previdenciárias devidas à participação nos lucros dos empregados relativas ao ano civil de 2017, supostamente pagas em violação à Lei 10.101/00 e despesas não dedutíveis de imposto de renda relacionadas aos valores recebidos pelos membros do Conselho da Companhia. Foi interposto recurso administrativo contra a autuação, que aguarda julgamento da Receita Federal do Brasil ("RFB"). O valor total reclamado é de R\$ 107.614.

Em janeiro de 2023, a XP CCTVM foi notificada pelo Fisco para cobrança de contribuições previdenciárias devidas à participação nos lucros dos empregados relativas ao ano-calendário de 2018, supostamente pagas em violação à Lei 10.101/00, e também relacionadas aos pagamentos constitucionais do terço de férias do ano-calendário de 2018, aplicando-se a posição do Supremo Tribunal Federal que, em agosto de 2020, reverteu a jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal de Justiça, que determinava que as contribuições não deveriam ser cobradas no terço de férias. Um recurso administrativo será interposto contra a autuação para julgamento pela RFB. O valor total reclamado é de R\$ 129.444.

O Grupo também recebeu três autuações fiscais nas quais o Fisco alega que o aproveitamento tributário do ágio em aquisições realizadas pelo Grupo entre 2013 e 2016 foi feito em violação às Leis Brasileiras 9.532/97 e 12.973/14, respectivamente. Atualmente, para os três processos mencionados, está pendente o julgamento da primeira instância administrativa da RFB. Além disso, o Grupo entrou com duas ações judiciais para impedir a emissão de novas autuações fiscais relacionadas a esse ágio para outros períodos.

Em junho de 2022, o Grupo foi notificado pelo Ministério do Trabalho Público por exigência do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) devido aos empregados nos pagamentos de participação nos lucros relativos aos anos civis de 2015 a 2020, supostamente em violação da Lei 10.101/00. O Grupo apresentou sua defesa administrativa.

- b. A XP CCTVM possui ações cíveis de clientes e agentes de investimento, principalmente relacionadas a gerenciamento de portfólio, classificação de risco, direitos autorais e rescisão de contrato. O valor total representa o valor exposto com base nos valores das reivindicações atualizadas monetariamente.

19. Imposto de renda e contribuição social

(a) Impostos diferidos

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4842/20, alterada pelas Resoluções do Bacen nº 3.355/06 e nº 4.441/15, a XP CCTVM reconhece contabilmente seus ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias atendendo às seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

(b) Movimentação dos créditos tributários diferidos

	Saldo em 2020	Constituição/ (Realização)	Saldo em 2021	Constituição/ (Realização)	Saldo em 2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos					
Provisão para comissões de agentes e gratificações	94.237	(16.625)	77.612	(11.164)	66.448
Ajuste a valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos	72.417	903.707	976.124	2.002.083	2.978.207
Créditos tributários decorrentes de ágio na aquisição de investimentos	9.487	(16.370)	(6.883)	(3.432)	(10.315)
PCLD e provisões para contingências	14.836	20.517	35.353	(3.842)	31.511
Restricted Stock Units	103.312	239.601	342.913	153.059	495.972
Provisão para PLR e Gratificações	145.865	92.256	238.121	6.897	245.018
Outras Provisões	59.579	66.401	125.980	9.340	135.320
Total de créditos tributários	499.733	1.289.487	1.789.220	2.152.941	3.942.161
Prejuízo fiscal e Base negativa	-	-	-	351.084	351.083
Total de créditos tributários	-	-	-	2.504.025	4.293.244
	Saldo em 2020	Constituição/ (Realização)	Saldo em 2021	Constituição/ (Realização)	Saldo em 2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos					
Ajuste a valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos	(72.049)	(587.744)	(659.793)	(2.248.683)	(2.908.476)
Total do passivo fiscal diferido	(72.049)	(587.744)	(659.793)	(2.248.683)	(2.908.476)

c) Previsão de realização dos créditos tributários

	2022		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total dos impostos diferidos
Até 1 ano	366.435	219.861	586.296
De 1 a 2 anos	120.030	72.018	192.047
De 2 a 3 anos	131.762	79.057	210.819
De 3 a 4 anos	191.810	115.086	306.896
Acima de 4 anos	55.444	33.266	88.710
Total	865.480	519.288	1.384.769

	2021		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total dos impostos diferidos
Até 1 ano	386.782	232.070	618.852
De 1 a 2 anos	169.385	101.631	271.016
De 2 a 3 anos	97.601	58.561	156.162
De 3 a 4 anos	48.217	28.930	77.147
Acima de 4 anos	3.906	2.343	6.249
Total	705.891	423.536	1.129.427

O valor presente total de créditos tributários constituído é de R\$ 1.101.813 (R\$ 1.022.951 em 31 de dezembro de 2021), e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias apresentadas no quadro anterior.

As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem premissas macroeconômicas e de juros representando adequadamente a expectativa de retorno da Administração.

(d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2022	2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	607.142	1.398.073
Participação de empregados no lucro	(1.332.963)	(1.206.539)
Lucro antes de IR/CSLL apurado pelo lucro real	(725.821)	191.534
(+) adições permanentes	235.057	57.763
(-) exclusões permanentes	(522.626)	(255.155)
(=) base negativa IR/CSLL/lucro ajustado	(1.013.390)	(5.858)
Despesa contábil de IRPJ CSLL	405.356	2.343
(-) efeito adicional do imposto de renda	-	24
(-) incentivos fiscais	-	15.523
(-) efeitos one-off	1.030	25.102
(-) majoração CSLL 5%	-	(29.311)
(=) Despesa ajustada IR/CS	406.386	13.681
Alíquota nominal vigente	40%	40%

	2022	2021
Corrente	-	(425.728)
Diferido	406.386	439.409
	406.386	13.681

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social no valor de R\$ 6.408.045 em 31 de dezembro de 2022 está representado por 15.190.421.428 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (R\$ 3.908.045 representado por 10.514.892.002 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2021). A média ponderada da quantidade de ações em poder dos acionistas durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 era de 14.906.351.347. Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a média ponderada de ações era de 13.366.665.290 (9.109.942.319 em 31 de dezembro de 2021).

(b) Aumento de capital

Em 20 de julho de 2022 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, o aumento de capital da XP CCTVM, mediante a emissão de 2.750.994.462 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de total de R\$ 1.500.000. A aprovação do aumento de capital pelo Bacen ocorreu em 24 de outubro de 2022.

Em 03 de março de 2022 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, o aumento de capital da XP CCTVM, mediante a emissão de 1.924.534.964 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de total de R\$ 1.000.000. A aprovação do aumento de capital pelo Bacen ocorreu em 11 de julho de 2022.

Em 01 de novembro de 2021 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, o aumento de capital da XP CCTVM, mediante a emissão de 1.955.212.344 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de total de R\$ 1.000.000. A aprovação do aumento de capital pelo Bacen ocorreu em 03 de fevereiro de 2022.

Em 21 de julho de 2021 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, o aumento de capital da XP CCTVM, mediante a emissão de 990.981.162 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de total de R\$ 500.000. A aprovação do aumento de capital pelo Bacen ocorreu em 03 de setembro de 2021.

Em 12 de maio de 2021 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, o aumento de capital da XP CCTVM, mediante a emissão de 990.673.659 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de total de R\$ 500.000. A aprovação do aumento de capital pelo Bacen ocorreu em 16 de julho de 2021.

(c) Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, até atingir 20% do capital social conforme previsto na legislação societária.

(d) Reserva estatutária

A reserva estatutária para investimento e expansão é constituída pelo saldo remanescente do lucro líquido apurado no balanço, após as destinações legais e tem por objetivo assegurar recursos para investimentos. Esta reserva não poderá ultrapassar o capital social.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do lucro líquido do exercício, após as destinações específicas.

Notas Explicativas**Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020****Em milhares de reais**

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado à Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, consultado o acionista controlador, a Administração não propôs à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendo.

21.Receita com prestação de serviços

	2º semestre 2022	2022	2021
Corretagem com operações em bolsa	821.075	1.716.746	2.189.497
Colocação de títulos	964.381	1.806.453	2.181.120
Distribuição de fundos	420.083	870.971	899.316
Outros serviços	129.788	293.235	390.903
	2.335.327	4.687.405	5.660.836

22.Custos operacionais

	2º semestre 2022	2022	2021
Custo de comissões	(1.345.492)	(2.640.395)	(2.660.459)
Perdas operacionais	(16.392)	(25.769)	(24.611)
Outros custos	(178.469)	(344.490)	(401.503)
	(1.540.353)	(3.010.654)	(3.086.573)

23.Despesas administrativas

	2º semestre 2022	2022	2021
Despesas de propaganda e publicidade	(94.009)	(169.981)	(257.876)
Despesas de amortização	(61.174)	(141.730)	(220.305)
Despesas de depreciação	(14.199)	(28.325)	(20.131)
Despesas de pessoal	(639.039)	(1.311.794)	(1.133.608)
Encargos sociais	(130.722)	(257.643)	(303.823)
Despesas de processamento de dados	(344.190)	(641.883)	(442.845)
Despesas de serviços técnicos especializados	(112.864)	(197.053)	(187.304)
Despesas de serviços de terceiros	(99.303)	(240.861)	(202.421)
Outras	(148.835)	(275.214)	(178.661)
Total	(1.644.335)	(3.264.484)	(2.946.974)

24. Outras receitas e despesas operacionais

	2º semestre 2022	2022	2021
Outras receitas operacionais			
Rendas de incentivos do tesouro direto	21.544	26.010	155.963
Recuperação de encargos e despesas	165	3.371	3.704
Reversão de provisões operacionais	-	297	7.391
Outras	135.457	150.285	11.794
Outras despesas operacionais			
Associações e entidades regulatórias	(4.249)	(7.799)	(6.604)
Perda na alienação de outros ativos	(298)	(1.970)	(1.129)
Processos judiciais e acordo com clientes	(3.843)	(8.183)	(3.542)
Juros e multas	(2.505)	(3.263)	-
Doações	(5.824)	(14.316)	(27.309)
Outras	(39.253)	(79.367)	(47.352)
Total	101.194	65.065	92.916

25. Determinação do valor justo

A XP CCTVM avalia instrumentos financeiros e derivativos, pelo valor justo no final do período de cada demonstração financeira.

Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotados no mercado. Os instrumentos financeiros incluídos como nível 1 consistem principalmente em instrumentos financeiros representantes da dívida pública do Brasil e instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ou seja, bolsas de valores).

Nível 2: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, que basicamente fazem o uso de dados observáveis de mercado. Se todos os dados significativos exigidos para determinação do valor justo do ativo ou passivo financeiro forem observáveis direta ou indiretamente, o instrumento é incluído no nível 2. Os instrumentos financeiros classificados como nível 2 são compostos principalmente por instrumentos financeiros emitidos por entidades privadas e instrumentos financeiros negociados em mercado secundário.

Nível 3: Se um ou mais insumos significativos não forem observáveis, o instrumento é incluído no nível 3.

Os valores justos foram avaliados para fins de mensuração com base nos métodos abaixo.

(a) Disponibilidades e operações compromissadas

O valor justo de disponibilidades e operações compromissadas se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

(b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos reflete o seu valor contábil.

(c) Outros ativos e passivos financeiros

O justo valor de títulos sem cotação de mercado é estimado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros descontados utilizando as taxas observáveis e as taxas de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais



2022

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor contábil
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	36.265.208	2.301.142	-	38.566.350	36.516.101
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.052.802	-	5.052.802	5.052.802
Aplicações em operações compromissadas	-	24.355.053	-	24.355.053	24.346.568
Outros ativos financeiros	-	172.884	-	172.884	172.884
Passivos financeiros					
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.403.331	-	5.403.331	5.403.331
Obrigações por operações compromissadas	-	43.747.747	-	43.747.747	43.759.742
Obrigações por empréstimos	-	1.535.037	-	1.535.037	1.567.219
Outros passivos financeiros	-	5.172	14.240	19.412	19.412
	36.265.208	82.573.168	14.240	118.852.616	116.838.059

2021

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor contábil
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	23.202.506	556.049	-	23.758.555	23.759.622
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.494.362	-	3.494.362	3.494.362
Aplicações em operações compromissadas	-	25.220.159	-	25.220.159	25.202.440
Outros ativos financeiros	-	177.895	-	177.895	177.895
Passivos financeiros					
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.478.297	-	3.478.297	3.478.297
Obrigações por operações compromissadas	-	30.972.704	-	30.972.704	30.973.813
Obrigações por empréstimos	-	3.504.679	-	3.504.679	3.500.449
Outros passivos financeiros	-	10.822	30.300	41.122	41.122
	23.202.506	67.414.967	30.300	90.647.773	90.628.000

As transferências de entrada e saída dos níveis da hierarquia do valor justo são analisadas ao final de cada demonstração financeira. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não houve transferências entre Nível 2 e o Nível 3.

26. Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais e contratuais com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da XP CCTVM com acionistas controladores diretos ou indiretos ("Controladoras"), entidades do Grupo XP e os respectivos acionistas da XP Inc. ("Relacionadas") e profissionais-chave da Administração.

No curso normal de seus negócios, as Empresas do Grupo XP realizam operações comerciais e financeiras com a XP CCTVM em condições normais de mercado. Essas operações incluem: (i) prestação de serviços de educação, consultoria e assessoria empresarial; (ii) assessoria e consultoria financeira em geral; (iii) administração de recursos e prestação de serviços na área de gestão de carteiras; (iv) prestação de serviços na área de tecnologia da informação e processamento de dados; e (v) prestação de serviços na área de seguros.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais



Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a XP CCTVM efetuou as seguintes operações com partes relacionadas:

	Tipo de relacionamento	2022	2021
Ativo			
Aplicações em operações compromissadas	Controladora	-	46.493
	Controladas	19.412.700	17.699.660
Títulos e valores mobiliários	Controladas	31.525	46.560
Instrumentos financeiros derivativos	Controladora	43.933	41.055
	Controlada	29.867	38.728
Outros ativos	Controladora	290	1.215
	Relacionadas	6.254	2.187
	Controladas	14.166	30.950
Passivo			
Obrigações por empréstimos	Controladas	-	(1.848.577)
Instrumentos financeiros derivativos	Controladas	(84.698)	(90.318)
	Controladora	(33.798)	
Captações por operações compromissadas	Controlada	(1.955.367)	(1.005.754)
Outros passivos	Relacionadas	(16.619)	(11.218)
	Controlada	(6.376)	(5.162)
Resultado			
Resultado de operações compromissadas	Controladoras	-	700
	Controlada	922.944	195.182
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	Controlada	3	578
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	Controladoras	(48.939)	(31.054)
	Controlada	(4.238)	(6.121)
Operações de empréstimos e repasses	Controlada	(170.288)	(78.118)
Receita de prestação de serviços	Relacionadas	2.788	4.967
	Controlada	176.677	275.699
Custos operacionais	Controlada	-	(21.000)
Outras receitas/(despesas) operacionais	Relacionadas	(109.181)	(156.404)
	Controlada	(70.133)	(45.882)

(b) Honorários da diretoria

	2º semestre 2022	2022	2021
Remuneração do pessoal chave da administração			
Honorários da diretoria	(2.958)	(6.411)	(6.096)

27. Programa de participações nos lucros

A XP CCTVM possui programa de participação nos lucros e/ou resultados para seus funcionários. Esse programa não é extensível para a Diretoria. Essa participação tem como data-base de apuração os meses de junho e dezembro. Foi provisionado para fins de distribuição em outras obrigações sociais e estatutárias, R\$ 702.570 (R\$ 685.327 em 31 de dezembro de 2021).

28. Limites operacionais (Acordo de Basileia)

A XP CCTVM adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando como base os dados financeiros do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2022, atingiu o índice de 20,25% (14,03% em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Capital regulamentar		
Capital principal (Nível I)	7.981.066	3.696.590
Patrimônio de Referência	7.981.066	3.696.590
Ativos ponderados pelo risco		
RWA	39.405.137	26.338.917
Índice de Basileia (PR/RWA)	20,25%	14,03%

29. Gerenciamento de risco

A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

A estrutura organizacional está delineada de acordo com as recomendações propostas pelo Acordo de Basileia, onde são formalizadas as políticas, procedimentos e metodologia consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio e onde são monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional.

Tais processos de gerenciamento de riscos estão ainda, associados aos processos de gestão de continuidade de negócios, principalmente, no que tange a formulação de análises de impacto, planos de continuidade, planos de recuperação de desastres, planos de backup e gerenciamento de crises.

(a) Risco de mercado

A administração de risco de mercado das operações é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela instituição e atender a estratégia de negócios e limites definidos pelo Comitê de Risco. Com as regras formalizadas, o departamento de risco tem o objetivo de controlar, acompanhar e assegurar o enquadramento dos limites pré-estabelecidos, podendo recusar-se, total ou parcialmente, a receber e/ou executar as operações solicitadas, mediante a imediata comunicação aos clientes, além de intervir em casos de desenquadramento e o de reportar ao Comitê todos os eventos atípicos. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível na sede da instituição.

Os controles para a mensuração da exposição do risco de mercado utilizados são conceituados e amplamente utilizados no mercado, estes são:

- **Value At Risk (VAR):** é o valor em risco de uma carteira e pode ser entendido como uma estimativa de perda máxima em condições normais de mercado, dado um nível de confiança de 95% de certeza para o horizonte de tempo de 1 dia; e

- *Stress test*: é um método para medir potenciais perdas advindas de eventos extremos de mercado, através de projeções de cenários críticos e de baixa probabilidade. É um mecanismo que demanda a discussão de cenários futuros e entendimento da vulnerabilidade das carteiras sob circunstâncias improváveis, que auxilia a revisão dos limites internos de exposição ao risco.

(b) Análise de sensibilidade

De acordo com as informações de mercado, a XP CCTVM realizou a análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. As maiores perdas, por fator de risco, em cada um dos cenários foram apresentadas com um impacto nos lucros ou prejuízos, fornecendo uma visão da exposição por fator de risco do Grupo em cenários excepcionais. As análises de sensibilidade não consideram a dinâmica de funcionamento das áreas de risco e tesouraria, uma vez que, uma vez detectadas estas perdas, são rapidamente desencadeadas medidas de mitigação do risco, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

		2022		
Carteira de Negociação	Exposições	Cenários		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	I	II	III
Pré-fixado	Taxa de juros prefixadas em reais	(95)	(42)	(36)
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	-	-	-
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	(5)	(129)	(257)
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação	(9)	(680)	(1.239)
Ações	Preços de ações	(86)	(2.170)	(4.342)
Seed Money XP	Investimento em fundos	-	-	-
		(195)	(3.021)	(5.874)

		2021		
Carteira de Negociação	Exposições	Cenários		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	I	II	III
Pré-fixado	Taxa de juros prefixadas em reais	(100)	(826)	696
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(6)	(73)	(146)
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	(56)	(1.389)	(2.777)
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação	(402)	(10.040)	(20.080)
Ações	Preços de ações	(74)	(756)	(1.512)
Seed Money XP	Investimento em fundos	(76)	(1.890)	(3.780)
		(714)	(14.974)	(27.599)

(c) Risco de liquidez

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez foi estabelecida com base nas diretrizes do Banco Central do Brasil, procurando proporcionar a permanente adequação do gerenciamento à natureza das operações, à complexidade dos produtos e à dimensão da exposição a risco de liquidez da Instituição. O processo de gerenciamento do risco de liquidez prevê procedimentos de identificação, mensuração e controle à exposição ao risco de liquidez, levando em consideração as condições de mercado atuais e previsões futuras na elaboração de cenários para projeções dos fluxos de caixa em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez encontra-se disponível na sede da instituição.

(d) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é de responsabilidade da área de risco que visa garantir o cumprimento do determinado na política do Conglomerado Prudencial e assegurar que os limites operacionais estabelecidos sejam executados.

Notas Explicativas**Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020****Em milhares de reais**

O documento de Gestão de Riscos estabelece sua política de crédito com base na composição da carteira por título, por rating interno de emissor e ou emissão, na atividade econômica, na *duration* da carteira, nas variáveis macroeconômicas, entre outros.

O departamento de Análise de Crédito também está ativamente envolvido nesse processo e é responsável por avaliar o risco de crédito de emissões e emissores com os quais mantém ou pretende manter relações de crédito, utilizando-se também de metodologia interna de atribuição de risco de crédito (rating) para classificar a probabilidade de perda das contrapartes.

As análises realizadas são apresentadas ao Comitê de Crédito, que tem como atribuição determinar se os créditos avaliados são elegíveis como risco de contraparte

A revisão dos créditos avaliados no Comitê de Crédito é realizada periodicamente pela Área de Análise de Crédito, de acordo com normas e metodologias internas.

A área de risco é subordinada diretamente ao Diretor de Risco, sem qualquer vinculação com a área comercial. A área de análise de crédito também é subordinada ao Diretor de Risco, tendo a isenção necessária para a realização de suas atividades, uma vez que não participa da definição de estratégias de negócios e não realiza as operações de mercado de qualquer natureza.

(e) Risco operacional

O Conglomerado Prudencial possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional alinhada com as expectativas regulatórias e melhores práticas de mercado, que engloba a elaboração de políticas e procedimentos para identificação, avaliação, classificação, monitoramento e reporte dos riscos, de modo a prestar à Diretoria uma visão holística dos riscos identificados, seu grau de exposição, bem como a evolução da implementação de controles mitigatórios. Tais diretrizes e procedimentos também abrangem a mitigação do risco de continuidade de negócios, incluindo suas estratégias e planos de contingência para assegurar a recuperação das operações em situações de crises.

A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível na sede da instituição.

30. Estrutura de gerenciamento de capital

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, do Bacen, o Conglomerado Prudencial adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Conglomerado Prudencial de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. A descrição da estrutura encontra-se disponível em nosso site.

31. Resultado não recorrente

Eventos não recorrentes	2022	2021
Amortização de ágio	(60.521)	-
Recuperação de encargos tributários	(3.371)	-
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	(4.710)	(2.040)
Doações	(2.809)	-
Majoração da Alíquota da CSLL	-	(29.311)

Jairo Luiz de Araújo Brito

Contador - CRC: RJ-110743/O-4